



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA BONITA DO SUL**

---

Ao Exm. Sr.  
CARLOS ALEXANDRE LYRA,  
Presidente da Câmara Municipal de  
Lagoa Bonita do Sul – RS.

**PEDIDO DE INFORMAÇÃO Nº 001/2026**

A Vereadora que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento na função fiscalizatória do Poder Legislativo, REQUER que seja encaminhado ao Poder Executivo Municipal o presente PEDIDO DE INFORMAÇÕES, referente aos convênios, contratos e instrumentos jurídicos firmados pelo Município relacionados à prestação dos serviços de saneamento básico, especialmente aqueles vinculados à Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN ou à empresa que atualmente a sucedeu, nos seguintes termos:

**DOS QUESTIONAMENTOS**

1. O Município possui ou já possuiu convênio, contrato, termo de cooperação, termo de adesão, contrato de programa, contrato de concessão, termo aditivo ou qualquer outro instrumento jurídico firmado com a CORSAN e com a empresa que atualmente presta os serviços de saneamento básico após a privatização?

Em caso positivo, informar a natureza do instrumento, a data da assinatura, o prazo de vigência e encaminhar cópia integral de cada documento.

2. Existem termos aditivos, renovações, ajustes, repactuações ou novos instrumentos jurídicos relacionados aos convênios ou contratos de saneamento básico firmados pelo Município ?

Em caso positivo, encaminhar cópia integral dos respectivos documentos.

3. Há obrigações financeiras, metas de investimento, cláusulas tarifárias ou compromissos assumidos pelo Município nos instrumentos atualmente vigentes relativos à prestação do serviço de saneamento básico?

Em caso positivo, detalhar e encaminhar a documentação pertinente.

O presente pedido tem por objetivo garantir a transparência, o acesso à informação e o esclarecimento à população, considerando que o saneamento básico é serviço público essencial, com impacto direto na saúde pública, na qualidade de vida dos munícipes e nas tarifas praticadas.

Cabe ao Poder Legislativo exercer sua função constitucional de fiscalização dos atos do Poder Executivo, assegurando que os convênios e contratos firmados pelo Município observem a legalidade, o interesse público e os princípios da administração pública.

Diante da relevância do tema, solicita-se que as informações sejam prestadas dentro do prazo legal, acompanhadas da documentação comprobatória integral.

Sala de Sessões Iedo Francisco da Silva, 06 de Janeiro de 2026.

Atenciosamente,

---

**JANAINA FREESE**  
Vereadora - PP